

## UMA RELAÇÃO ENTRE FREIS: O SUJEITO AUTOR EM QUESTÃO

*Maria Aparecida CONTI\**

### INTRODUÇÃO

Dentre os quesitos necessários para o entendimento de um discurso literário na perspectiva da Análise do Discurso (AD), o conhecimento teórico sobre a constituição do sujeito, do sentido e da autoria se torna de fundamental importância.

As questões que coloco dizem respeito à presença do sujeito discursivo na ausência de um sujeito autor intencional e o conhecimento que procuro tem por finalidade possibilitar a análise de um recorte temático do texto literário escrito para teatro: “Calabar: o elogio da traição”, de Chico Buarque e Ruy Guerra. Início, dessa forma, partindo do pressuposto de que a língua(gem) é um campo de conhecimento que em todo percurso histórico da humanidade ocidental, desde a antiga Grécia, com os debates filosóficos dos gregos, até os tempos atuais, tem instigado o ser humano curioso por conhecer a verdade deste fenômeno que distingue o homem dos demais seres.

A distinção entre língua e fala, elaborada por Saussure para definir o objeto específico para o estudo lingüístico, deve-se ao fato de que esse objeto deveria ter homogeneidade interna para que se pudesse pensar a linguagem cientificamente. A concepção da língua como

---

\* Professora efetiva do Departamento de Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Goiatuba/Go. E-mail: cida.conti@ig.com.br

sistema e a distinção de sincronia e diacronia demarcaram a nova forma de investigação lingüística.

Desde então, houve uma grande mudança no direcionamento dos estudos lingüísticos, porém, questões relacionadas ao sentido (semântica), ao sujeito e ao papel do sujeito na história nunca deixaram de incomodar. O desafio de incluir o excluído por Saussure passou a ser perseguido por muitos pesquisadores preocupados com essa questão: filósofos, lógicos, lingüistas, semióticos...

Michel Pêcheux<sup>1</sup>, filósofo francês, é um desses pesquisadores atentos com o papel da linguagem na constituição dos modos de ser do homem e do mundo, por este motivo busca investigar questionando o oportunismo filosófico que relaciona o psicologismo à cibernética, à semiótica, à aplicação da lógica formal à teoria da linguagem e à semântica. Luta contra a concepção stalinista da predestinação em nome do materialismo dialético/ou leis da história. fundamentado em Althusser (materialismo

---

<sup>1</sup> Embora o Dicionário de Análise do Discurso de Maingueneau e Charadeau (2004, P. 202) apontem o nº 13 da Revista Langages (Analyse du Discours) juntamente com o livro Analyse Automatique du Discours (1969), como marco que coroava as pesquisas realizadas desde a metade da década de 60, Courtine (2005, P. 28) rebate essa afirmativa dizendo: “o que se encontrava na Langages 13 era a enunciação dos pressupostos de base da AD, tal como Jean Dubois dela havia concebido o projeto. parece-me que se pode reconhecer posteriormente, sem nada tirar de Dubois, nem seu papel nem seus méritos, que disso resultava bem pouca coisa: o discurso era essencialmente a seqüência do enunciado, pensada sob o modo do distribucionalismo harrissiano e das condições de produção. A teorização dessas últimas, assim como a concepção de sua articulação com as seqüências lingüísticas, estavam inteiramente por serem feitas. É, em contrapartida, no trabalho de Pêcheux, e em nenhum outro lugar que a AD recebeu sua verdadeira função teórica, no conjunto de textos que ele publicou de 1969 A 1975”.

marxista) e Lacan (psicanálise), Pêcheux investiga como processos materiais e objetos podem (sob circunstâncias definidas) funcionar como signos, ou seja, adquirir significações definidas.

### **O SUJEITO NA ANÁLISE DO DISCURSO**

Focalizando o discurso como novo objeto de estudo lingüístico, Pêcheux mobiliza conceitos originários do marxismo e da psicanálise Freudiana, com base numa releitura feita, respectivamente, por Althusser e Lacan. Dessa forma, revê a língua como proposto por Saussure e se coloca ao lado desses cientistas que subvertem epistemologicamente a ordem humana como sendo biossocial, reconhecendo a castração simbólica como característica da estrutura do humano. Assim, o sujeito (ser simbólico) e a língua (matéria simbólica) constituem-se em noções fundamentais para o desenvolvimento das teorias de acordo com o enfoque dos seus pesquisadores<sup>2</sup>.

É válido dizer que, sendo uma disciplina de entremeio, principalmente na contradição em relação às ciências sociais e à lingüística, com quem se avizinha e se debate no campo da interseção, a ad se mostra atravessada pela teoria do sujeito advinda da psicanálise. Os estudos Lacanianos postulam que o inconsciente é estruturado como uma linguagem (não por fantasias que um analista compreenderia e traduziria). Jacques Lacan, estudioso das teorias Freudianas, foi quem focalizou os registros do imaginário, simbólico e real e é a partir das noções por ele

---

<sup>2</sup> Faziam parte dessa nova corrente filosófica, epistemológica e politicamente heterogênea, os autores Lévi-Strauss (formado em Filosofia, interessa-se pela Antropologia), Lacan (Psicanalista), Althusser (Filósofo), Foucault (Psicólogo e Filósofo, com preocupação pela descrição da História) e Derrida (Crítico Literário, Filósofo).

exemplificadas que se passou a entender, a partir da linguagem, muitas das articulações realizadas pelo sujeito.

Subvertendo os conceitos saussurianos de significante e significado, Lacan considera o conceito de significante essencial para o entendimento do conceito de sujeito. Em Saussure o significante é a imagem acústica do signo e tem, em relação ao significado (conceito, conteúdo semântico), absoluta independência, aparecendo como um par associado, mas estanque e fixo. Em Lacan o significante, mais que autônomo em relação ao significado, tem importância essencial: os significantes dialogam entre si revelando sempre um sentido expresso e outro latente, sendo que o sentido latente só é parcialmente claro, pela emergência de um outro significante. E, a partir dessa noção de significante, podemos entender que, na psicanálise Lacaniana, o sujeito não é indivíduo biológico, “mas produto da linguagem enquanto efeito da relação entre significantes” (RIBEIRO, 2004, p. 28). Importa o desconhecimento que o sujeito tem daquilo que fala, do que está no inconsciente, “o inconsciente é o discurso do outro<sup>3</sup>”, preconiza Lacan.

Althusser (1985), por seu turno, leitor de Freud e Lacan, estabelece que não há como compreender a ideologia sem reconhecer a importância da linguagem no

---

<sup>3</sup> É o termo utilizado por Jacques Lacan para designar um lugar simbólico – o Significante, a Lei, a Linguagem, o Inconsciente, ou, ainda, Deus – que determina o sujeito, ora de maneira externa a ele, ora de maneira intra-subjetiva em sua relação com o desejo. Pode ser simplesmente escrito com maiúscula, opondo-se então a um “outro” com letra minúscula, definido como “outro” imaginário ou lugar da alteridade especular. Mas pode receber a grafia grande “outro” ou grande A, opondo-se então quer ao pequeno “outro”, quer ao pequeno A, definido como objeto (pequeno) A. (ROUDINESCO E PLON, 1998, P. 558).

entendimento Lacaniano da castração simbólica<sup>4</sup>. Visando ao sujeito da ideologia, afirma que a ideologia interpela indivíduos como sujeitos. E, por meio do mecanismo denominado pelo pesquisador como interpelação, a ideologia, funcionando nos aspectos materiais da vida cotidiana, vai operar a transformação de indivíduos em sujeitos. Isso ocorre quando, inseridos em determinados contextos, indivíduos executam práticas reguladas por aparelhos ideológicos. Esse reconhecimento, não sendo da ordem do consciente e sim, do inconsciente vai demonstrar - pela ideologia e pelo inconsciente - a duplicidade da determinação do sujeito.

Por sua vez, Pêcheux não aceita a evidência do sujeito e a transparência da linguagem senão como efeitos. Tendo o discurso como objeto, observa que em seu funcionamento opera a ligação entre o inconsciente e a ideologia; ou seja, a língua, enquanto materialidade discursiva produz as ilusões que colocam o sujeito no centro e na origem de seus pensamentos e de suas intenções e, na opacidade do que é dito, o real da língua<sup>5</sup> irrompe,

---

<sup>4</sup> Em nota (FINK, 1995, P. 228), Lacan diz: “castração significa o gozo que deve ser recusado a fim de ser alcançado sobre a escala inversa da lei do desejo”. (FINK, 1995, p. 125) Explica que nas obras de Lacan, “a castração está intimamente relacionada à alienação e à separação. [...] Na alienação o ser falante emerge e é forçado a renunciar a alguma coisa na medida em que ele vem a ser na linguagem”.

<sup>5</sup> De acordo com o glossário de termos do discurso (FERREIRA, 2001, p. 21-22), o real da língua consiste na “impossibilidade de se dizer tudo na língua, séries de pontos do impossível, lugar do inconsciente de onde o sujeito fala o que não pode ser dito. o termo *Real da Língua* é designado em francês como *Lalangue*, o que corresponde, em português, a *Alíngua*. Essa distinção terminológica expressa de um modo singular, já na grafia, a diferença existente entre a noção de Língua, que é da ordem do todo, do possível, e a noção do Real da Língua (*Alíngua*), que é da

porque ele existe, embora irrepresentável. Dessa forma, sujeito e ideologia tornam-se elementos fundamentais para discutir questões referentes à língua, pois ambos são inseparáveis nos processos de constituição do sujeito pela linguagem. É na compreensão do sujeito dividido, compreendido como efeito de linguagem que Michel Pêcheux vai desenvolver sua teoria da análise do discurso. Pêcheux postula que, ao compreendermos a língua como sistema, mas não como sistema abstrato; ou seja, como ordem significante que se inscreve na história para fazer sentido, chegamos também à compreensão do sujeito constituído historicamente, pois, é a partir do funcionamento da língua na história que podemos apreender a materialidade do ideológico.

Para Pêcheux, o sujeito é o efeito resultante entre duas instâncias materiais: a língua e a história. Não tem o domínio absoluto de si, nem pode ser totalmente determinado por mecanismos exteriores a ele. Assim, sujeito e sentido de um discurso só podem ser analisados, nesse aspecto, enquanto efeitos do funcionamento discursivo, partindo da observação das diferentes ideologias presentes no discurso, pois ideologia não é um conjunto de idéias (idealismo), nem emana do sujeito.

---

ordem do não todo, do impossível, inscrito igualmente na Língua. esse termo veio da Psicanálise, traduzido por Lacan, e foi desenvolvido na lingüística, sobretudo por Milner (1987), numa tentativa de nomear aquilo que escapa à univocidade inerente a qualquer nomeação, apontando para o registro que, em toda a língua, a consagra ao equívoco. Na perspectiva teórica do discurso, torna-se fundamental uma concepção de Língua afetada pelo real, pois isso vai permitir operar com um “conceito de língua que reconheça o equívoco como fato estrutural constitutivo e implicado pela ordem do simbólico”(PÊCHEUX, 1988).

Nesse sentido ela é constituinte do sujeito. Não uma única ideologia, mas várias ideologias o constituem.

O inconsciente, marcado pelo outro, é a causa que vem a determinar o sujeito exatamente onde o efeito de interpelação o captura e falha. A falha são os lapsos, o ato falho, etc. que se manifestam no sujeito, “pois os traços inconscientes do significante não são jamais ‘apagados’ ou ‘esquecidos’, mas trabalham, sem se deslocar, na pulsação sentido/nonsens do sujeito dividido” (PÊCHEUX, 1997, p. 300). Para Lacan a causa é aquilo que interrompe o funcionamento ditado pelas leis, é o que excede a cadeia simbólica embora seja por ela produzido. Assim, pode se considerar que o sujeito, tanto é determinado pela ordem simbólica (significante), quanto pela sua relação com um objeto de gozo.

Essa “divisão do sujeito, inscrita no simbólico” (PÊCHEUX, 1997a, p. 302) é sustentada pela ordem da heterogeneidade que impõe um redirecionamento teórico metodológico na ad pecheuxtiana. Nesse sentido, Authier-Revuz que, em sua tese de doutorado, investiga a problemática da heterogeneidade do discurso, contribui com seus estudos de forma fundamental para o estabelecimento do sujeito discursivo na ad.

Adquirindo “status” de categoria conceitual na ad, o conceito de heterogeneidade contribui com a análise do corpus porque ao tomar a formação discursiva no interior da heterogeneidade, ela não mais se refere a um exterior ideológico e passa a ser buscada na dispersão dos lugares enunciativos do sujeito. Daí o entendimento das várias posições-sujeito representando as diferentes formações discursivas em um mesmo texto. No trabalho dedicado a realizar essa descrição, Authier-Revuz (2004, p. 69) comenta que

todo discurso se mostra constitutivamente atravessado pelos “outros discursos” e pelo “discurso do outro”. O

outro não é um objeto (exterior, do qual se fala), mas uma condição (constitutiva, para que se fale) do discurso de um sujeito falante que não é fonte-primeira desse discurso.

A questão da heterogeneidade enunciativa leva à tematização das formas lingüístico-discursivas do discurso-outro, conforme nos aponta Pêcheux (2001, p. 316-317):

- discurso de um outro, colocado em cena pelo sujeito, ou discurso do sujeito se colocando em cena como um outro (cf. as diferentes formas de “heterogeneidade mostrada”);
- mas também e sobretudo a insistência de um ‘além’ interdiscursivo que vem, aquém de todo autocontrole funcional do ‘ego-eu’, enunciador estratégico que coloca em cena ‘sua seqüência, estruturar esta encenação (nos pontos de identidade nos quais o ‘ego-eu’ se instala) ao mesmo tempo em que a desestabiliza (nos pontos de deriva em que o sujeito passa no outro, onde o controle estratégico de seu discurso lhe escapa).

A percepção da heterogeneidade do sujeito torna-se de fundamental importância para o avanço nos estudos da ad. para dar continuidade às pesquisas, a atenção da ad volta-se, então, para a questão da constituição do sujeito discursivo. os estudos revelam que o sujeito discursivo, constituído na interação social é polifônico, isto é, constitui-se de uma heterogeneidade de discursos produzidos num espaço social e ideológico historicizado. na voz do sujeito discursivo são encontradas diferentes vozes provenientes de diferentes discursos a que denominamos polifonia<sup>6</sup>, de onde provém a noção de heterogeneidade discursiva.

---

<sup>6</sup> De acordo com Charadeau; Maingueneau (2004, p. 388), “a polifonia lingüística se situa no nível da língua, tornando-se, então,

A percepção da heterogeneidade do sujeito torna-se de fundamental importância para o avanço nos estudos da ad. Para dar continuidade às pesquisas, a atenção da ad volta-se, então, para a questão da constituição do sujeito discursivo. Os estudos revelam que o sujeito discursivo, constituído na interação social é polifônico, i.é., constitui-se de uma heterogeneidade de discursos produzidos num espaço social e ideológico historicizado. Na voz do sujeito discursivo são encontradas diferentes vozes provenientes de diferentes discursos a que denominamos polifonia<sup>7</sup>, de onde provém a noção de heterogeneidade discursiva.

A contribuição do círculo de Bakhtin com a noção de dialogismo (relação estabelecida entre o “eu” e o “outro” nos processos discursivos historicamente instaurados pelos sujeitos) e a releitura de Freud por Lacan foram fundamentais para o estabelecimento do conceito de heterogeneidade<sup>8</sup> discursiva.

Partindo do princípio de que o sujeito discursivo não é o centro do seu dizer, que é descentrado e que sob suas palavras se encontram outras palavras, podemos inferir que há um “outro” em si, compreendido como

---

uma noção puramente abstrata; a polifonia da Análise do Discurso é um fenômeno da fala e, nesse sentido, concreto”.

<sup>7</sup> De acordo com Charadeau & Maingueneau (2004, P. 388) “a polifonia lingüística se situa no nível da língua, tornando-se, então, uma noção puramente abstrata; a polifonia da análise do discurso é um fenômeno da fala e, nesse sentido, concreto”.

<sup>8</sup> Para Authier-Revuz (2004), a heterogeneidade discursiva é compreendida em **heterogeneidade constitutiva**, condição da existência dos discursos e do sujeito, visto que o sujeito é constituído por meio da interação social realizada com diferentes sujeitos; e **heterogeneidade mostrada** (marcada ou não marcada), quando a voz do outro é identificada por aparecer explícita ou implicitamente.

exterioridade social, do qual o sujeito se esquece<sup>9</sup>. A ilusão de ser a fonte do seu dizer faz parte do sujeito. Ele precisa crer nisso para sustentar uma estabilidade psíquica necessária para a sua existência.

Nesse sentido, o indivíduo, interpelado ideologicamente em sujeito do dizer, tem na ideologia sua própria condição de sobrevivência. Na ad, ideologia não é a relação do sujeito com um determinado conjunto de idéias que assume, é a relação do sujeito com o mundo. O sujeito é um suporte da ideologia, porque não há ideologia sem sujeito e não há sentido sem ideologia. No entanto, não se pode sobrepor ideologia e sentido porque essa sobreposição acarretaria uma relação direta entre uma posição ideológica em um sentido específico. Devemos, por conseguinte, levar em consideração as contradições constitutivas, ou seja, ter ciência de que no retorno do “mesmo” há sempre o diferente posto pelo sujeito do inconsciente, pela constituição histórica do sujeito e pelas condições de produção do discurso. Esse processo de constituição do sujeito produz o seu descentramento, assim, esboça-se uma teoria não subjetiva de cunho psicanalítico. daí concordarmos com Ferreira (2004, p. 43) que “sujeito, linguagem e discurso poderiam ser concebidos como estruturas às quais se têm acesso pelas falhas”, pois, a constituição do sujeito discursivo se dando entre o “eu” e o “outro”, resultado de uma ligação do ideológico no inconsciente, emergindo para manifestar um desejo, traz o

---

<sup>9</sup> sobre esquecimento, Pêcheux e Fuchs (1997) nos ensinam que há dois tipos de esquecimentos: no esquecimento número 1 o sujeito tem a ilusão de controlar os sentidos de seu dizer. No esquecimento número 2 o sujeito tem a ilusão de controlar o que diz, de ser a fonte original do que diz. são esquecimentos necessários, mas nem por isso tornam o sujeito o centro organizador do seu enunciado.

“outro” (conforme Lacan) sob a forma de linguagem. conseqüentemente,

esse deslocamento teórico da noção de estrutura, afastando-se da concepção cunhada pelo estruturalismo e inscrevendo-se como um novo paradigma no seio das ciências da linguagem, constitui-se numa das grandes e revolucionárias contribuições de Pêcheux para os estudos da área. E isso, certamente, tem a marca da psicanálise (FERREIRA, 2004, p. 44).

### **DO SUJEITO DISCURSIVO AO PRINCÍPIO DA AUTORIA**

Recorremos à leitura de “o que é um autor”, de Michel Foucault, apresentado em uma conferência no Collège de France, no dia 22 de fevereiro de 1969. Ao propor uma análise que retira do sujeito o papel de fundador originário de uma obra, Foucault (1992, p. 267-268) estabelece que o sujeito-autor deve ser considerado como uma função variável e complexa do discurso. Reportando-se a Beckett para referir-se ao desaparecimento do autor em prol das formas próprias do discurso (“que importa quem fala, alguém disse que importa quem fala”), o filósofo acrescenta que, nesse ponto, se firma o princípio ético “talvez o mais fundamental” da escrita contemporânea, caracterizada por dois grandes temas: a transgressão e a morte.

É próprio da escrita o desaparecimento do autor (sujeito indivíduo). a autoria vista como expressão de originalidade que permite a identificação da obra como invenção individual ou criação original não mais carece de crédito: “a marca do escritor não é mais do que a singularidade de sua ausência; é preciso que ele faça o papel do morto no jogo da escrita” (Foucault, 1992, p. 269).

Em uma perspectiva foucautiana, podemos dizer que, ao explicitar o princípio de autoria, estamos desvelando o que produz o apagamento do sujeito. Se o sujeito se marca no discurso por um mecanismo enunciativo, o discurso se inscreve no sujeito resultando, como efeito, o apagamento do mesmo, ou seja, de acordo com Orlandi, (2001, p. 61), aquele que fala é material empírico bruto, aquele que enuncia é o sujeito dividido em suas várias posições no texto, já o autor, sem ser divisão, é diferença, originalidade. Assim, a função-autor apaga o sujeito produzindo uma unidade que resulta de uma relação de determinação do sujeito pelo discurso, demonstrando a ação do discurso sobre o sujeito. Ou seja, podemos apreender na relação entre discurso e sujeito o jogo entre a liberdade do sujeito e a responsabilidade do autor.

Ao retirar do sujeito seu papel de fundamento originário para analisá-lo como uma função variável e complexa do discurso, Foucault (2001) considera que sua proposição a respeito da função-autor é apenas uma das especificações possíveis da função sujeito. E resume dessa forma os quatro traços característicos da função-autor:

a função autor está ligado a ao sistema jurídico e institucional que contém, determina, articula o universo dos discursos: ela não se exerce uniformemente e da mesma maneira sobre todos os discursos, em todas as épocas e em todas as formas de civilização; ela não é definida pela atribuição espontânea de um discurso ao seu produtor, mas por uma série de operações específicas e complexas; ela não remete pura e simplesmente a um indivíduo real, ela pode dar lugar simultaneamente a vários egos, a várias posições-sujeitos que classes diferentes de indivíduos podem vir a ocupar, (FOUCAULT, 2001, p. 280).

Partindo do princípio de autoria estabelecido por Foucault, não podemos deixar de pensar que a autoria, de

certa forma (nem pura, nem simplesmente), passa primeiro pelo processo da produção do texto<sup>10</sup> e por esse motivo procuraremos verificar como isso ocorre. Para Pêcheux (1997), a passagem do enunciador a autor exige a inserção do sujeito em uma realidade na qual capta os movimentos culturais e a fusão de suas manifestações. Assumindo uma posição de responsabilidade pelo que captou, o sujeito se coloca como origem de seu dizer. Essa percepção, no entanto, é ilusória, uma vez que a forma-sujeito é sempre historicamente determinada com a formação discursiva e sua relação com a língua(gem) é ideológica. Ou seja, o sujeito do discurso, identificando-se com a forma-sujeito (que regula o que pode e deve ser dito, o que não pode ser dito e também o que pode, mas não convém que seja dito no âmbito de uma certa formação discursiva), tem a ilusão de ser fonte do seu dizer, mas na verdade, retoma sentidos preexistentes já inscritos nas formações discursivas determinadas; esses sentidos preexistentes não se repetem.

O modo de inscrição histórica permite definir a dispersão de textos como um espaço de regularidades enunciativas e é essa organização da dispersão, num todo coerente, que possibilita às diversas representações do sujeito, enquanto enunciador, apresentar-se como autor de seu discurso.

O autor é a função que o eu assume enquanto produtor de linguagem. Sendo a dimensão discursiva do sujeito que está mais determinada pela relação com a exterioridade (contexto sócio-histórico), ela está mais submetida às regras das instituições. Nela são mais

---

<sup>10</sup> Nesse caso, estamos nos referindo apenas à autoria de texto escritos, mais propriamente, literário, embora tenhamos conhecimento de que o termo “autoria” possa ser distendido à pintura, canções, cálculos, técnicas, invenções, enfim, a uma infinidade de objetos.

visíveis os procedimentos disciplinares. (ORLANDI, 2001, p. 77).

Essa passagem enunciador/autor tem para Orlandi (2001, p. 80), mecanismos que podem ser controlados: a) mecanismos do domínio do processo discursivo (no qual o sujeito se constitui como autor; e b) mecanismos do domínio dos processos textuais (nos quais ele marca sua prática de autor). Por estarmos tratando de texto escrito, nos ateremos aos aspectos referentes à função-autor-escritor e isso quer dizer que para o sujeito enunciador se tornar sujeito-autor, é necessário que ele tenha domínio da língua escrita e responsabilidade histórico-social. É responsabilidade do autor dar unidade ao texto, não do enunciador. O enunciador pode ser incoerente, mas o autor é cobrado pela unidade, clareza, não contradição, correção, etc., do texto.

O conceito de sujeito autônomo e responsável, característico do nosso contexto histórico-social, tem uma construção histórica localizada entre o período que vai do século X ao século XIII e é definido como sujeito-jurídico, que tem direitos e deveres, considerado responsável por seus feitos e gestos (HAROUCHE, 1984 apud ORLANDI, 2001, p. 77). Nesse sentido, a autoria é uma função institucionalizada, o autor precisa assumir seu “status” diante das instituições, pois, o papel social que lhe cabe a partir de sua relação com a linguagem e o mundo lhe exige coerência, respeito aos padrões estabelecidos pela forma do discurso e pelas formas gramaticais bem como: explicitação, clareza, conhecimento das regras textuais, originalidade, relevância, unidade, progressão, etc. dessa forma, podemos dizer que o sujeito-autor deve ter o domínio dos mecanismos lingüístico-discursivos necessários para representar esse papel na sociedade em que está inserido.

Juridicamente, existe uma regra que impõe um patenteamento para toda forma de invenção, criação e/ou produção, determinando o pertencimento por meio de regras que regulamentam a apropriação. Em seus estudos, mais propriamente em “a ordem dos livros”, Chartier (1998) comenta o contexto da aparição da propriedade da obra literária na Inglaterra e que foi distendida a outros países:

longe de nascer de uma aplicação particular do direito individual de propriedade, a afirmação da propriedade literária deriva diretamente da defesa da livraria que garante um direito exclusivo sobre um título ao livreiro que o obteve. essas são, com efeito, as tentativas da monarquia para abolir a perspectiva tradicional dos privilégios que levam os livreiros-editores a ligar a irrevocabilidade de seus direitos ao reconhecimento da propriedade do autor sobre sua obra.(CHARTIER, 1998, p. 38)

Nesse sentido, era a propriedade do escritor que fundamentava a legitimidade do privilégio concedida ao livreiro, assim como, era a imprescritibilidade do livreiro que poderia garantir o direito do autor. Esse entendimento, no entanto, se enraíza em outras determinações, diz Foucault (2001): os textos, os livros e os discursos começaram a ter autores reais (sem ser personagens míticos ou sacros), na medida em que o autor podia ser punido. E sua proposta é que se faça uma investigação retrospectiva, observando a condição de produção, dispersão e apropriação dos textos. Os três dispositivos: jurídico, repressivo e material se colocam como fundamentais para o entendimento da invenção da autoria: “essa noção do autor constitui o momento crucial da individualização na história das idéias, dos conhecimentos, das literaturas, e também na

história da filosofia, e das ciências.” (FOUCAULT, 2001, p. 267).

Libertando-se do tema da expressão (noção de texto espontâneo, nascido da criatividade individual) e assumindo o desaparecimento do sujeito que escreve, essa questão da autoria vai adquirindo uma complexidade com a qual a crítica literária não tem se envolvido por se ocupar mais da análise das estruturas, no jogo de suas relações internas, que destacar as relações da obra com o autor ou a reconstituição de um pensamento ou de uma experiência.

Para Foucault (2001), o princípio de autoria faz parte dos processos internos<sup>11</sup> de controle e delimitação do discurso. Esses processos disciplinarão a dimensão do acontecimento e da eventualidade do discurso. Não sendo o discurso um conjunto de textos e, sim, uma prática; para encontrar sua regularidade, analisam-se os processos de sua produção. Também assinala que o princípio de autoria estabelece o autor como princípio de agrupamento do discurso, unidade e origem de suas significações e acrescenta que considera esse princípio inconstante e nem sempre válido para qualquer discurso.

O nome do autor não está localizado no estado civil dos homens, não está localizado na ficção da obra, mas na ruptura que instaura um certo grupo de discursos e seu modo singular de ser. Conseqüentemente, poder-se-ia dizer que há, em uma civilização como a nossa, um certo número de discursos que são providos da função ‘autor’, enquanto outros são dela desprovidos. uma carta particular pode ter um signatário, ela não terá um autor;

---

<sup>11</sup> FOUCAULT, em “A Ordem do Discurso” (1999), estabelece dois procedimentos para análise do discurso: 1- exteriores “de controle” e delimitação do discurso (proibição de certos discursos, segregação de outros, imposição da vontade de verdade), e 2- internos “de controle” e delimitação do discurso (descrição do comentário, do autor e da repartição em disciplinas).

um contrato pode ter um fiador, ele não é um autor. um texto anônimo que se lê na rua em uma parede terá um redator, não terá um autor. a função autor é, portanto, característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de certos discursos no interior de uma sociedade.<sup>12</sup> (FOUCAULT, 2001, p.274)

Tendo em conta as diferentes posições-sujeito que classes diferentes de indivíduos podem ocupar no discurso, ocasionando o desaparecimento do autor, Foucault menciona a necessidade de se localizar esse espaço deixado vago pela desaparecimento do autor para se fazer a análise do discurso que compõe uma obra. Que nas análises discursivas sejam colocadas as questões: “como, segundo que condições e sob que formas alguma coisa como um sujeito pode aparecer na ordem dos discursos? que lugar ele pode ocupar em cada tipo de discurso, que funções exercer, e obedecendo a que regras?”(FOUCAULT, 2001, p. 287).

## **2. ANALISANDO A AUTORIA: UMA RELAÇÃO ENTRE “FREIS”**

Tendo em vista as proposições da função-autor e o esclarecimento da forma como atua a dispersão dos sentidos, partimos para a análise com intuito de seguir as instruções. a partir desses questionamentos sugeridos por Foucault (2001, p. 287), analisaremos o jogo das dispersões dados pela função-autor na obra literária escrita para teatro “Calabar: o elogio da traição” (doravante “Calabar...”), de Chico Buarque e Ruy Guerra. Delimitaremos essa análise às condições de produção do texto e sua exterioridade constitutiva para refletir sobre a função-autor do texto literário. Utilizando recortes da obra que focalizam o personagem “frei Manuel do Salvador”, faremos comparações, em alguns momentos, dos trechos da obra

---

<sup>12</sup> Grifo nosso

analisada com a produção de calado: “O Valeroso Lucideno e triunfo da liberdade”, doravante “O Valeroso...”.

O frei Manuel do Salvador Calado (doravante “Frei” para a personagem do texto “Calabar...” e “calado” para o autor de “o Valeroso...”.) fez o seu registro na história. Autor de “O Valeroso Lucideno”, narrou sua própria versão dos fatos ocorridos no período da invasão holandesa no Brasil, contribuindo para a construção mitológica da traição de Calabar. Seu texto foi utilizado para a maior parte das falas da personagem que o representou, na peça. seu texto também foi utilizado na construção de outras personagens (o conde Maurício de Nassau, o governador Mathias de Albuquerque, e o holandês, figura representativa dos diversos líderes militares holandeses como major Picard e Johan Lictard ) e de cenas e episódios da peça (a ponte, o boi voador, a morte de Sebastião do Souto, que traiu Calabar, e outros).

A título de curiosidade, assinalamos que dentre os textos citados como fonte de pesquisa para a escrita da obra, Bárbara, a mulher de Calabar, somente é mencionada de relance, ou seja, são feitas rápidas referências sobre ela, no entanto, no texto de teatro é a personagem que vai mediar o discurso entre o sujeito na função autor e leitor/espectador. No texto de calado, bárbara aparece apenas quando Calabar é introduzido na sua narrativa:

neste tempo se meteu com os flamengos um mancebo mameluco, mui esforçado, e atrevido, chamado domingos Fernandes Calabar, o qual entre eles, em breves dias, aprendeu a língua flamenga, e travou grande amizade com Sigismundo Vandscope, governador da guerra, ao qual tomou por compadre de um filho que lhe nasceu de uma manceba mameluca chamada bárbara, a qual levou consigo, e andava com ela amancebado. (CALAdO, 1985, p.55)

A obra “O Valeroso...” foi referência fundamental para Chico Buarque e Ruy Guerra escreverem “Calabar...”. apesar de criticado por alguns historiadores, a obra de calado é considerada a fonte primária do discurso histórico oficial luso-brasileiro sobre a invasão dos holandeses. Como o próprio nome indica – o valoroso lusitano – visa ao engrandecimento dos portugueses que lutaram nas batalhas travadas contra os holandeses. Quanto a Calabar, calado não o aponta como o único traidor, mas também não revela o nome de nenhum dos muitos traidores mais influentes e importantes que dissera haver.

Na construção do texto para teatro “Calabar...” foi utilizada a técnica de colagem, ou seja: trechos, episódios, personagens dos textos históricos foram recortados e posteriormente remontados para representarem, numa outra linguagem, o enunciado do sujeito autor, como podemos observar nesse exemplo em relação ao texto de Calado citado anteriormente:

nesse tempo estava metido com os holandeses um mestiço mui atrevido e perigoso chamado Calabar. Conhecedor de caminhos singulares nesses matos, mangues e várzeas, levou o inimigo por esta terra Adentro, rompendo o cerco lusitano, para desgraça de humilhação do comandante Mathias de Albuquerque. Esse Calabar carregava consigo uma mameluca, chamada bárbara, e andava com ela amancebado. (CHICO BUARQUE e RUY GUERRA, 1973, p.11)

Dessa forma, parodiando carnavalescamente os textos históricos, vamos entrever no interdiscurso do texto, um discurso outro promovido pelo sujeito na função-autor. Buscando na literatura entendimento dos aspectos da estética pós-moderna, encontramos em Hutcheon (1991, p. 50) explicações que nos levam a entender que o pós-

modernismo retoma o modernismo e ao mesmo tempo a sua contestação, ou seja, incorpora o modernismo e critica o passado. Nesse sentido, o emprego da paródia se mostra eficiente:

a paródia parece oferecer, em relação ao presente e ao passado, uma perspectiva que permite ao artista falar para um discurso de dentro desse discurso, mas sem ser totalmente recuperado por ele. Por esse motivo, a paródia parece ter tomado a categoria daquilo que chamei de ‘ex-cêntrico’ daqueles que são marginalizados por uma ideologia dominante. (HUTCHEON, 1991, p.58)

Podemos, então perceber que o sujeito discursivo de “Calabar...” assume a postura pós-modernista, não apenas pelo aspecto formal que imprime ao texto, como pelo conteúdo expresso da obra, como nos mostra Rocha (2003, p. 27), ao falar dos requisitos estéticos do pós-modernismo:

recursos como a colagem, a paródia, o pastiche, a alegoria, o questionamento de conceitos mistificadores através da revisão histórica, a ausência de teleologia, a invocação do leitor/espectador como interlocutor da obra, o destronamento de heróis, a problematização dos limites entre texto e contexto, a relativização da dualidade ficção/realidade, a simultaneidade e a pluralidade, a fragmentação discursiva, enfim, todos esses procedimentos se devem na contemporaneidade, sobretudo, a uma consciência da desreferencialização na sociedade.

Vamos percebendo, ao longo da análise, que não há uma reconstituição do texto de Calado. Segundo Nunes (2002, p. 40), que pesquisou as obras históricas que fundamentaram Chico Buarque e Ruy Guerra, Calado

assume em sua obra uma visão teocêntrica. Tudo para ele, o domínio de Portugal pelos espanhóis, a invasão dos holandeses no Brasil, têm como causa a cobiça, e do seu ponto de vista, somente uma intervenção divina resolveria. Em “Calabar...”, a voz do “frei” condensa a voz da elite, e sua volubilidade. Calado condenou Calabar por ter passado para o lado dos holandeses, mas não se condenou por ter, ele próprio, transitado dos dois lados, sempre ao lado de quem detinha o poder. na peça de teatro, o frei é questionado por Bárbara sobre o seu procedimento, como verificar nessa fala: *“como é que o senhor faz para ser sempre o mesmo... com os portugueses... depois com os holandeses, com os portugueses, outra vez com os holandeses... como é que faz com a sua consciência?”* (BUARQUE & GUERRA, 1973, p. 128).

O questionamento feito ao frei em “Calabar...” é o questionamento do sujeito na função autor para o leitor/espectador que, na situação política dos anos 1970, se preocupava consigo mesmo, com seu bem estar, com o proveito que poderia obter da situação. Pode ser interpretado também pela cobrança de posicionamento, em relação ao governo militar, da igreja que, historicamente, com raras exceções, sempre ficou ao lado do poder. Dessa forma, a escolha da figura do único historiador testemunha-ocular do fato ocorrido para participar como personagem da peça, provavelmente não aconteceu pela história que contou, mas, principalmente pela dubiedade de seu caráter, uma vez que passou a ser amigo dos holandeses, obtendo privilégios e usando deus como escudo para atingir seus propósitos.

A esse respeito, o próprio calado nos conta que ao ser ameaçado de excomunhão pelo bispo baiano, o frei assegurou que só permanecia no meio dos hereges porque “ali naquele sítio avançado fez mais serviços a Deus, e foi de mais proveito às almas de muitos, do que o fazia

morando fora, e no campo” (CALadO, 1985, p. 111). ao comentar o texto de Calado, Nunes (2002, p. 44) afirma diz:

Calado dedica uma grande parte de sua narrativa a Nassau. Como no seu esquema narrativo a dominação holandesa representa o ápice do castigo divino, o governo nassoviano só pode ser descrito como uma era de provações. Por outro lado, como o próprio frei declara-se um dos melhores amigos de João Maurício, algumas qualidades ele precisa encontrar no conde. Conseqüentemente, o julgamento do frei sobre Nassau é bastante ambíguo.

Ao trazer a figura de Calado para compor o quadro das personagens como “frei”, as palavras adquirem sentidos de acordo com as posições daqueles que as empregam (tanto na locução quanto na interlocução). O sentido é determinado pelas diferentes formações discursivas às quais os interlocutores se inscrevem. Assim, as palavras, ainda que sendo as mesmas, vão adquirir sentidos diferentes.

Calado estava lá e narrou a sua versão de acordo com seu posicionamento, sua interpretação dos fatos. Entendendo, com Orlandi (2003, p.47), que “é o gesto de interpretação que realiza essa relação do sujeito com a língua, com a história, com os sentidos”, podemos inferir que o sujeito, marcado ideologicamente pelas memórias discursivas que o constitui, ao se colocar na posição da função-autor, re-produz no texto a relação que tem da ordem simbólica com o mundo. A língua, enquanto efeito lingüístico materializado na história, produz a discursividade.

Como o sujeito discursivo é constituído por uma interpelação que se dá ideologicamente pela sua inscrição em uma formação discursiva, produzindo um sujeito de direito, essa forma-sujeito do sujeito discursivo marca o

diferencial entre as autorias. Em “Calabar...” temos um fato histórico mostrado numa perspectiva discursiva contraposta às descrições do fato em “O Valeroso...” e nos demais textos que descreveram o mesmo episódio, conforme Nunes (2002). O discurso do sujeito-autor, materializado na obra, fornece indícios de ter sido interpelado por uma formação ideológica que o possibilitou a posicionar-se contrariamente aos interesses políticos da época.

Um dos indícios que pode ser interpretado como posicionamento contrário ao governo é a utilização feita do texto de Calado e da transformação de Calado em personagem da peça, identificado por “frei”. Como personagem do texto, cabe-lhe o papel de mostrar como o representante da fala oficial é visto; ou melhor, como a fala oficial não é digna de crédito (pelo menos naquele momento histórico). Isso podemos verificar na fala do “frei”: *“quem trai a holanda protestante, não trai o papa”*, *“traidor é quem trai castela”* (p. 42). Tais falas parecem demonstrar que o teocentrismo e o apego ao governo conduzem sua definição de traição. Por se inscrever em uma formação discursiva própria do catolicismo, para ele, trair é ir contra o que o catolicismo prega, contra aquilo que julga correto, devido sua inscrição socioideológica.

A forma como utiliza o já-dito para transformá-lo em um outro dito jamais dito confere ao sujeito que exerce a função-autor de “Calabar...” transformar a obra em um acontecimento, uma vez que se estabelece na relação com um discurso anterior apontando para outro, de modo singular, diferenciado.

Em outros dizeres do “frei”, na peça teatral, vamos depreendendo sua facilidade em mudar de lado: “viva dom Felipe, rei de Portugal e Castela!” (p.40) no período em que a Espanha domina Portugal; *“que pessoa maravilhosa! o sangue real de onde provém o inclina ao bem...(para Nassau)”* (p.70), quando foi convidado por Nassau para

morar no palácio; *”viva... dom João Quarto, rei de Portugal!”* (p. 98), quando Portugal se livra do jugo espanhol e o novo rei é coroado. No “Valeroso...”, as mudanças do posicionamento do frei é demoradamente explanada com justificativas. Em “Calabar...”, os episódios são recortados e colados próximos uns dos outros, sem as justificativas. Esse procedimento faz com que o caráter dúbio do “frei” apareça numa maior dimensão, fortalecendo a hipótese interpretativa de que a fala oficial não diz a verdade, que ela encobre interesses outros que não podem ou não devem ser mostrados.

Outro aspecto que a técnica de colagem utilizada permite abordar a respeito da composição do texto “Calabar...” é a utilização do mesmo discurso, em que alterações sutis, provocam uma outra leitura. ao ser convidado para morar no palácio holandês, Calado recusa dizendo:

lhe convinha viver fora de sua casa [de Nassau] aonde todos notassem seu modo de proceder, e grandes, e pequenos, fossem fiscais de sua vida, e costumes, o que não se podia conseguir morando de suas portas adentro, porque ali ainda que ele comesse meninos, tudo se lhe encobriria por seu respeito, e ninguém se atreveria a condenar seus erros vendo-o tão chegado à sua sombra.(CALadO, p. 102-103)

Em “Calabar...” o “frei” se desmoraliza ao dizer: *“convém que eu viva fora de sua casa, onde todos notem meu modo de proceder e sejam todos fiscais de minha vida e costumes, porque ainda que eu ande a comer meninos...”* (p.84).

Na materialidade lingüística, verificamos que a mudança do tempo verbal do imperfeito do subjuntivo para o presente do subjuntivo, alterando o sentido do texto, não é um processo intencional simplesmente, ou seja, não é porque o sujeito quer fazer determinada coisa que ele o faz.

a bem dizer, o sujeito tem a ilusão de fazer o que quer. Existem formações discursivas constituindo o ideológico do sujeito discursivo que o faz re-produzir o texto dando-lhe outra significação. É a constituição do sujeito na história, de sua memória discursiva que lhe permite esse dizer. Também o emprego das reticências vão favorecer um entendimento malicioso da colocação do “frei”, uma vez que ele não conclui o pensamento, deixando a complementação da idéia por conta do leitor/espectador. Ao utilizar esse recurso, o discurso do texto aponta para a questão da imoralidade que ocorre no meio religioso e que volta e meia é assunto da mídia. e esse problema fica exposto em “Calabar...”. Quem sabe para alertar os leitores/espectadores a desconfiarem da falsa moralidade que muitos religiosos pregam em seus discursos.

Certamente existem muitos outros aspectos da língua(gem) do texto que poderiam ser mencionados acerca desse tema recortado para falar da autoria. No entanto, como a linguagem é um assunto sem fim, não poderíamos colocar um ponto final sem antes nos lembrarmos que “a linguagem estendida ao infinito é sempre retirada do jazigo, é duplicada e reduplicada, e a ele retorna para as suas reduplicações ao infinito, em um indefinido jogo de entrecruzamento de discurso e de sentido” (FERNANDES, 2005, p. 8).

#### **CONCLUSÃO:**

Para uma conclusão necessária, diremos que falar de questões relacionadas ao sujeito, sentido e função-autor é tarefa assaz melindrosa, no sentido dos cuidados que o assunto requer. A constatação da ausência do sujeito autor na obra como preconizado por Barthes (a morte do autor) nos possibilita empenharmos em uma busca pela localização do espaço vago que o

desaparecimento do autor deixou, “seguir atentamente a repartição das lacunas e das falhas e espreitar os locais, as funções livres que essa desapareição faz aparecer” (Foucault, p. 271). Ao percorrermos esse caminho, várias presenças (indícios de presença) vão se assomando e assim vamos fazendo ligações, tecendo outros discursos, num processo infundável (pelo menos é o que a teoria nos possibilita pensar, no momento).

Como vimos, nessa breve exposição, em todo o percurso histórico-lingüístico encontramos a preocupação dos teóricos com o sujeito e sua função na produção de sentidos. Em razão do exposto e consciente de que essa história não pode acabar por aqui, também teço minhas próprias conclusões: o homem estará sempre em busca de sua origem e razão de ser e, no sentido que lhe dá Paul Henry, a linguagem é a ferramenta de fundamental importância para que o sujeito continue se deslocando em busca desse elo (que se diz perdido, se é que em algum tempo ele existiu).

Sendo imperfeita, a língua(gem) continuará dando ao sujeito a ilusão de que ele pode (ou não) avançar em seu propósito, tanto na vida cotidiana, quanto no terreno político ou no da cientificidade. No que concerne à autoria, muito há que se fazer. Principalmente pelo avanço tecnológico que tem permitido aumentar o número de internautas, produtores de verdadeiras obras literárias no computador (apesar de toda problemática que existe pela definição do termo, uma vez que, segundo Foucault (2001, p.270), “a teoria da obra não existe”. mas, como o próprio Foucault (2001, p. 287) disse: “tendo em vista as modificações históricas ocorridas, não parece indispensável, longe disso, que a função autor permaneça constante em sua forma, em sua complexidade, e mesmo em sua existência”. Afinal, melhor seria a pergunta: quanto importa quem fala?

### Referências bibliográficas

- BARTHES, R. **O rumor da língua**. Lisboa: Edições 70, s/d.
- BUARQUE, C. & GUERRA, R. **Calabar, o elogio da traição**. São Paulo: Círculo do Livro, (copyright) 1973.
- CALADO, M. **O Valoroso Lucideno e triunfo da liberdade**. Recife: Fundarpe, 1985.
- Authier-Revuz, J. **Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido**. Porto Alegre:2004.
- CHARADEAU, P. & MAINGUENEAU, D. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.
- CHARTIER, R. figuras do autor. In: **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Brasília: Editora Edunb, 1998.
- COURTINE, J. A estranha memória da análise do discurso. In: INDURSKY, F. & LEANDRO FERREIRA, m. c. (orgs.) **Michel Pêcheux: uma relação de nunca acabar**. SÃO CARLOS, SP:CLARALUZ, 2005, P. 25-32.
- FERNANDES, C. A. **literatura, formas e efeitos de sentido**. Porto Alegre, Ufrgs: SEAD, 2005.
- \_\_\_\_\_. **análise do discurso: reflexões introdutórias**. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005.
- FERREIRA, M. C. I. **Glossário de termos do discurso**. Porto Alegre: Ufrgs, 2001.
- \_\_\_\_\_. Análise de Discurso e Psicanálise: uma estranha intimidade. **Caderno da Appoa**, Porto Alegre, Nº 131, dez. 2004.
- FINK, B. **O sujeito Lacaniano: entre a linguagem e o gozo**. Trad. bras. Mirian Aparecida Nogueira Lima. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editora, 1998.
- FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- \_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1999.

- \_\_\_\_\_. O que é um autor? In: **Ditos e Escritos, vol. III**, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
- HENRY, P. **A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso**. Trad. bras. de Maria Fausta P. de Castro. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.
- HUTCHEON, L. **Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção**. Trad. bras. de Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- NUNES, E. F. **A reescrita da história em Calabar, o elogio da traição, de Chico Buarque e Ruy Guerra**. Dissertação de Mestrado TEL/UnB Brasília, 2002.
- ORLANDI, E. P. **discurso & leitura**. São Paulo: Cortez, 2001. 6ª ed.
- \_\_\_\_\_. **Análise de discurso: Princípios & Procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2003.
- PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.
- \_\_\_\_\_. A análise de discurso: três épocas (1983). In GADET, F. & HAK, T. (orgs.) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997, p.311-319.
- PÊCHEUX, M. & FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In GADET, F. & HAK, T. (orgs.) **por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997, p.163-252.
- RIBEIRO, M. S. M. A questão da interpretação na análise do discurso e na psicanálise: interseções. **Caderno da Appoa**, Porto Alegre, nº 13, dez. 2004.
- ROCHA, E. S. **O elogio da liberdade: procedimentos estéticos em Calabar**. Tese de Doutorado. Unesp/Araraquara, 2003.

ROUDINESCO, E. & PLON, M. **Dicionário de Psicanálise**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1997/1998.